

Sociedade civil e sua reconfiguração no capitalismo contemporâneo

Paola Madeira Nazário

Resumo

O artigo em questão formula-se pela necessidade de pesquisar teorizações e constituições de conceitos sobre a sociedade civil, ao longo da história e, principalmente, nos dias atuais onde existe uma ação do ambiente mercadológico. Em um segundo momento, devido ao período histórico social contemporâneo, é necessário ter-se o objetivo de analisar a inserção dos meios de comunicação como um agente importante para a análise das novas configurações da sociedade civil. Realiza-se também uma abordagem da institucionalização da sociedade civil, isto é, a institucionalização de uma categoria sociológica pelos agentes mercadológicos e governamentais. Além disso, trata-se do conceito do espaço público e das problemáticas do espaço público midiático e suas conjecturas no desenvolvimento das ações da sociedade civil.

Palavras-Chave

Sociedade Civil, Mercado, Economia Política da Comunicação, técnica, exercício da democracia.

Introdução

Sociedade civil é um conceito complexo e sofisticado, com o qual se pode entender a realidade social. Para a compreensão das abordagens sobre a sociedade civil é necessário investigar a trajetória teórica que antecede a contemporaneidade, focando o princípio constitutivo e a elaboração do conhecimento dessa esfera social.

Parte-se do pressuposto que o conceito de sociedade civil, sua historicidade e definições não podem ser abordados desvinculando-os dos movimentos e modificações do ambiente estatal e, nos dias atuais, do mercado. As relações entre sociedade civil e Estado são movimentos relacionais, de via dupla e assimétrica, assim interligadas em processos de ação e reação. Percebe-se, então, ser fundamental para o aporte teórico do conceito uma compreensão delimitada dos dispositivos sociais ativos responsáveis pelas modificações ocorridas nos três ambientes sociais que se inter-relacionam: o Estado, o mercado e a própria sociedade civil.

* Mestre em Ciências da Comunicação na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) na linha de pesquisa Mídias e Processos Audiovisuais. Graduação em Publicidade Propaganda – UNISINOS; Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Comunicação, Economia Política e Sociedade (CEPOS).

Enfim, o estudo da sociedade civil requer um olhar sobre as questões que complexificam e interferem nos movimentos do tripé Estado, sociedade e mercado. Para isso, toma-se como parâmetro o conceito gramsciano de sociedade civil, antecedido de apresentação das trajetórias teóricas, com foco em Hegel e Marx, as quais deram luz à teoria desenvolvida por Gramsci.

Para o entendimento da comunicação como campo científico, seu papel estruturante nos modos de vida contemporâneos e seu poder configurador das esferas econômicas e políticas das sociedades modernas, encontra-se a chave na Economia Política da Comunicação.

Analisar e compreender as lógicas do mercado, bem como a regulação promovida por parte do Estado, a partir da movimentação entre os diversos setores da sociedade é preocupação fundamental da Economia Política de Comunicação. Entender as articulações dos atores sociais e a atuação da sociedade civil nesse contexto é um objetivo que não somente permite a realização dos estudos nesse campo, como também fornece subsídios mais estruturados para uma melhor compreensão das reais capacidades da sociedade em se organizar e fazer valer suas necessidades, firmando a comunicação como direito humano em prol do interesse público.

Desenvolvimento

1. Sociedade civil, teoria e técnica

Nas formulações teóricas sobre Estado e sociedade civil Antônio Gramsci torna-se um ator fundamental para a análise e o estudo das configurações sociais. O filósofo constrói uma teorização mais sofisticada às abordagens estabelecidas por Hegel e Marx, avançando na reflexão. Não reduz o conceito de sociedade civil a uma instituição de particulares que pretendem dominar as classes, como elaborado por Hegel; complexifica e sofisticada o marxismo, utilizando-se de Marx e apresentando semelhanças teóricas e ideológicas, para ampliar conceitualmente sua visão econômico-social.

Gramsci entende as relações materiais de produção como determinantes, em última instância, das relações sociais (como Marx). Contudo, essa determinação não é direta, como chega a aparecer em *A ideologia alemã*,² por exemplo, mas dialética.

A abordagem especificada na dialética, na visão do autor, não centra a determinação do sistema unicamente na base material, isto é, no sistema econômico. Mas sim, nos elementos sociais, culturais, políticos, morais e éticos, os quais, para Gramsci, não são

² MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

determinantemente reflexos do sistema econômico: “Na determinação dos rumos da história de uma formação econômica e social do tipo ocidental, estão presentes tanto as forças materiais – estrutura – quanto as ‘ideológicas’ – superestrutura –, rejeitando qualquer visão mecanicista da relação entre esses elementos”.³

Gramsci resgata a tradição iluminista e hegeliana dos séculos XVIII e XIX e a renova, elaborando uma abordagem teórica política dedicada a entender as importantes transformações consolidadas nas sociedades capitalistas daquele período. O autor percebe que existem modificações nos padrões de produção, os quais são identificados pela expansão da classe operária e pelo crescimento das associações de trabalhadores.

Ele compreende as sociedades ocidentais da segunda metade do século XX como ambientes de formações econômico-sociais complexificadas, que criam novos moldes no atual momento histórico. Estes novos moldes, para Gramsci, são resultado do envolvimento de dois ambientes sociais associados às instâncias de poder, sendo esses a sociedade política e a sociedade civil. Quando Gramsci trata de sociedade civil, está atribuindo uma nova interpretação a este conceito, explanando que ela é:

O conjunto de aparelhos, estruturas sociais, que buscam dar direção intelectual e moral à sociedade, o que determina a hegemonia cultural e política de uma das classes sobre o conjunto da sociedade; e a sociedade como uma extensão da sedimentação ideológica provinda pela sociedade civil, que se expressa através dos aparelhos e atividades coercitivas do Estado, visando adequar as massas à ideologia e à economia dominante.⁴

As concepções teóricas de Gramsci nascem na necessidade de realizar novas abordagens ao ambiente social, provindas do cenário histórico apresentado no século XX pelas sociedades ocidentais, onde o desenvolvimento do capitalismo teve um papel fundamental na nova realidade social. Para Gramsci, os grupos sociais surgem da funcionalidade do sistema econômico produtivo e “criam para si, ao mesmo tempo e de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político”.⁵

Adotando uma perspectiva analítica inter-relacionada com o novo modelo evolutivo da sociedade civil, não se pode deixar de fora a compreensão dos meios de comunicação no processo, já que estes adquiriram uma função estruturante na configuração sociocultural e político-administrativa da sociedade.

³ GRUPPI, Luciano, op. cit. p. 8.

⁴ GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Círculo do livro, 1981. p. 7.

⁵ GRAMSCI, Antônio, op. cit., p. 12.

Os meios de comunicação social, sinalizados como aparelhos ideológicos das classes hegemônicas, são importantes agentes do firmamento e avanço do capitalismo e da consagração das estruturas de mercado. Estes acabam por definir e limitar as divisões de classe, as quais só poderão ter suas instâncias alteradas se obtiverem uma participação efetiva do povo na formulação de definições que dizem respeito ao ambiente da comunicação.

É perceptível que, na sociedade atual, os bens simbólicos são utilizados, entre outras questões, para penetrar nas construções sociais e firmar uma lógica de mercado. Esses bens simbólicos têm seus contornos demarcados pela posição que os meios de comunicação ocupam no momento histórico.

O conceito de sociedade civil elaborado por Gramsci ainda é atual, sendo seu aspecto institucional o conjunto de instituições privadas de hegemonia, as quais difundem ou criticam a ideologia dominante: jornais, TVs, rádios, editoras, teatros, cinemas, escolas, igrejas, partidos, sindicatos. O autor salienta que a luta pela modificação das estruturas do poder perpassa pelos ambientes de ordem simbólico-cultural.

Um dos fatores que levam a este quadro é a expansão dos instrumentos de informação na disseminação das idéias e seu poder de manipular o imaginário social de maneira acelerada, desde o final do século XX. O comportamento midiático contemporâneo leva à afetação dos movimentos coletivos e do sentido de espaço público.

Cabe analisar, no entanto, que as inovações tecnológicas podem ser uma brecha para a construção de um marco legal democrático e pluralista. Esta questão faz pensar no novo cenário de convergência tecnológica acarretado pela TV digital, que, se for moldado de maneira participativa, tanto por parte do Estado, quanto da sociedade civil, pode resultar em uma nova normativa sobre as tecnologias de informação no Brasil:

A televisão digital permite o desencadeamento de profundas conseqüências no país, tendo em vista o que pode acarretar de inovação quanto à TV tradicional e o papel desta mídia junto aos modos de vida da população e na sustentação do capitalismo como um todo. Mas, sem o debate via sistema televisual, não há participação da sociedade na edificação dos marcos regulatórios, inclusive daquele norteador da televisão digital, tornando-se o momento de mudança tecnológica perdido, no que poderia acrescentar de abertura à pluralidade, a partir da pressão social.⁶

Percebe-se, desta maneira, a importância da atividade civil na resolução de novas políticas nacionais. O exercício da democracia deve ser incentivado tanto pelo Estado quanto pelas indústrias culturais, como resultado da capacidade de debate, pluralidade e participação da sociedade em geral.

⁶ BRITTOS, Valério Cruz. Mídia, mediação e sociedade: o (des)caminho do debate público. **Comunicação e Informação**, Goiânia, v. 8, n. 1, p. 8-17, 2005. p. 12.

A questão, portanto, quando se discute as relações entre sociedade, Estado e mercado, é, levando em consideração o presente momento histórico, quais são as agentes com capacidade de realizar mudanças. Em tempos de capitalismo avançado, a sociedade civil é uma ferramenta para que grupos organizem-se com o intuito de propor delimitações às lógicas do mercado, a caminho da obtenção do crescimento das atividades democráticas, trabalhando pela legitimação de propostas de políticas públicas:

Somente se esta categoria sociológica, que é a sociedade civil, permanecer devidamente diferenciada da economia – e, portanto, da sociedade burguesa – pode tornar-se o centro de uma teoria social e política crítica nas sociedades onde a economia de mercado já se desenvolveu ou está em processo de desenvolver sua própria lógica autônoma.⁷

Mas, como bem recorda Gramsci, unicamente ocorrendo modificações nos múltiplos espaços sociais que constituem o *status quo*, característicos da sociedade capitalista, é que vai demonstrar-se a verdadeira luta de classes. Para Gramsci, assim como para Marx, a efetiva luta de classes modifica as estruturas econômicas e, somente dessa maneira, poderá ser alterada a formação social do tipo capitalista.

Conforme Gramsci, a elevação da classe dominada à hegemônica não pode ser realizada na passividade, somente com a participação da sociedade nas formulações dos caminhos a serem tomados pelas várias instâncias de poder: para o autor, para uma participação cidadã, na sociedade de classes, é necessário que se busque a igualdade entre os homens, o que só será alcançado quando os indivíduos tomarem posse das instâncias determinantes da estrutura social, mediante a luta pelas conquistas dos bens sociais, simbólicos e materiais.⁸

Para a manutenção da hegemonia, é essencial a utilização tanto dos aparelhos de “convencimento” da sociedade civil quanto os de coerção da sociedade política, isto é, o Estado segundo a ampliada noção de Gramsci: Estado = sociedade civil + sociedade política. Dessa maneira, Gramsci compreende o Estado como um ambiente moldado por múltiplas determinações, construindo o conceito de Estado ampliado.⁹

Diferencia-se a compreensão da conquista hegemônica de hoje da manifestada no século XIX, quando as revoluções contra as estruturas de poder, as quais tinham o objetivo de superar a vida hegemônica capitalista, geraram o que Gramsci chamou de “guerra dos movimentos”, que, ilustrados na Revolução Russa (1917), centralizaram suas lutas no

⁷ VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1998. p. 22.

⁸ VIEIRA, Liszt, op. cit., p. 28.

⁹ SEMERARO, Giovanni. **Cultura e educação para a democracia**: Gramsci e a sociedade civil. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 32.

ambiente estatal.

No final do século XX e início do XXI estas novas inter-relações colocam em discussão a concepção e os instrumentos de hegemonia tradicionais, gerando uma crise de autoridade, de modo a deixar evidente que a força coercitiva não garante mais a manutenção do poder. Nesse período, o Estado torna-se mais complexo e não se utiliza somente da coibição para impor a sua norma legal, mas sim de múltiplos movimentos, que reproduzem as relações capitalistas e moldam as classes mais baixas, as quais têm semelhanças econômicas e são identificadas pela subordinação ético-política, cultural e ideológica que vivenciam.

Nesse quadro, são necessárias novas estratégias de luta, a partir de uma concepção ampliada de Estado e de sociedade, visto que, diferenciando-se da sociedade política, a sociedade civil reabre a questão do poder. A base histórica do Estado foi deslocada e, com o surgimento de complexas superestruturas, expandem-se os espaços para a determinação de uma nova hegemonia.

No entanto, na complexidade das instâncias sociais do século XXI, é necessário que se faça a “guerra de posições”, expressão entendida por Gramsci como “a ocupação de todos os espaços sociais, institucionalizado ou não, para disputar a hegemonia com a classe dominante economicamente e dirigente ética e politicamente”.¹⁰ Para Gramsci, é uma ação disponível para que a classe dominada estabeleça diálogos de luta contra a hegemonia.

A fim de que a “guerra de posições” concretize-se, é essencial o debate público das temáticas contemporâneas, sabendo-se que as políticas públicas devem emergir da confrontação entre sociedade civil, Estado e mercado. No entanto, tal debate público, atualmente, não pode ser realizado sem a mediação dos meios de comunicação e sua força na socialização, nos marcos do espaço público contemporâneo.

2. Sociedade civil e exercício da democracia

A fim de que as estruturas hegemônicas sejam modificadas, é necessário o entendimento das diferenças entre sociedade e poder político; ou sociedade civil e sociedade política. Nesse quadro, é preciso haver um fortalecimento da sociedade civil, para que os cidadãos alcancem efetivamente o poder político.

O entendimento do conceito de democracia é imprescindível para uma organização coerente da sociedade civil. A democracia é um meio de desenvolver justiça e inclusão social. É também uma sistemática de Estado, que requer o diálogo entre os ambientes sociais, para que assim possa formular uma diretriz institucionalizante direcionada às necessidades

¹⁰ SEMERARO, Giovanni, op. cit., p. 42.

relevantes da maior parte dos grupos sociais.

No entendimento deliberativo da prática democrática, democracia não é somente um meio pelo qual o cidadão pode promover seus interesses e colocar o poder dos governantes em risco. Ela também significa um dos meios de resolver os problemas coletivamente, dependendo da sua legitimação e do bom andamento da crítica de opiniões diversas de todos os setores da sociedade.¹¹

A democracia “solicita uma concessão difícil de ser feita: ela pede que os indivíduos e os grupos saiam de si mesmos, moderem-se, ultrapassem-se, ponha-se na perspectiva dos demais. Seu grande desafio é criar as condições para que se passe da defesa dos interesses particulares para a construção e a defesa do interesse geral”.¹²

É importante perceber que, na democracia representativa, é necessário o aumento da participação dos cidadãos no desenvolvimento das políticas públicas. No entanto, é primordial a investigação da maneira como é trabalhada a participação cidadã dentro do espaço político.

Nesse contexto, encontra-se a necessidade de abordar o conceito de cidadania, visto ser este primordial para que o exercício democrático seja efetivado. “Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis”.¹³ Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, à saúde e, hoje, à comunicação.

Parece haver um grande desequilíbrio entre a capacidade de novos grupos organizados exercerem uma presença marcante na esfera política. Isto porque, na sociedade democrática contemporânea, para que haja a efetivação de movimentos políticos democráticos, é necessária uma reciprocidade entre a representatividade e a participação civil, já que esta é caracterizada como um pólo de tomada de decisões e iniciativas políticas independentes, que pressiona de fora de lugares anteriormente institucionalizados pelo ambiente estatal.

Imprescindível é que os movimentos e pressões populares atinjam tamanha mobilização que as autoridades sejam pressionadas a ponto de efetivar transformações ou criações de novas políticas.

Gramsci elucida novas reflexões a serem feitas sobre a sociedade civil na contemporaneidade, visto que levantou questões e apontou caminhos importantes para sociedades que pretendem se tornar mais populares. Segundo o autor, são necessárias

¹¹ YOUNG, Íris. **Inclusion and democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 6.

¹² NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Em defesa da política**. São Paulo: Senac, 2001.

¹³ PINSKY, Jaime; PISKY, Carla Bassanezi. **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 9.

indagações na seguinte direção:

Como superar um sistema que gera privilégios e massificação? De que modo os trabalhadores, as classes subalternas e os excluídos podem se tornar protagonista e dirigente da sua própria sociedade? Como é possível socializar o poder, a economia e a política de tal maneira que se chegue ao desenvolvimento humano e social de todos? Como conciliar a individualidade e a multiformidade com o consenso ativo tão fundamental para a vida em sociedade.¹⁴

O protagonismo das classes dominadas só terá seu avanço no curso da história mediante a inovação dos métodos, na utilização de aparelhos democráticos, quanto à busca pela hegemonia. “Sobre a nova configuração sociopolítica – insistia Gramsci – é necessário se debruçar para pensar linhas de ação mais sintonizadas com as transformações em curso”.¹⁵ No seu modo de entender, é preciso ter atenção às circunstâncias concretas da história, avaliar as forças disponíveis e encontrar solução práticas, ainda que transitórias, até conseguir construir a hegemonia plena das classes trabalhadoras.

Diante disso, mesmo que na contemporaneidade o conceito de sociedade civil seja tratado como algo desprovido de potencialidade crítica, para articular e averiguar os desvios e injustiças da sociedade em geral, é importante pesquisar esta esfera social. É nítido que a sociedade civil atualmente está cada vez mais vinculada como um espaço dentro da sociedade, que se encontra ameaçado pelos mecanismos político e econômico, os quais apresentam a força do sistema capitalista e, por isso, enfraquecem a justiça social e a autonomia dos cidadãos.

No entanto, a organização da sociedade civil, mesmo demonstrando traços de afirmação, encontra-se cada vez mais fragmentada, pois existem inúmeros movimentos e organizações nacionais e internacionais que centram suas forças nos pólos mais diversos dos direitos civis. Não tirando o mérito de ações sociais que se empenham na defesa dos variados insultos aos direitos dos cidadãos, a fragmentação de tantas e distintas ações pode acarretar uma dificuldade da sociedade civil em agir voltada integral e atentamente aos preceitos da coletividade.

As representações da sociedade civil existem em vários níveis de interesses e de valores de organização cidadã, diferenciados em cada sociedade no processo de encaminhamento das atividades em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais e pressões políticas. Segundo Ilse Scherer, existem três níveis de organização da sociedade brasileira, sendo que, no primeiro, encontra-se o *associativismo local*; no segundo, *formas de*

¹⁴ SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil**: cultura e educação para a democracia. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 237.

¹⁵ SEMERARO, Giovanni, op. cit., p. 32.

articulação interorganizacionais; e, no terceiro, mobilização da esfera pública:

O associativismo local são as associações civis, os movimentos comunitários e sujeitos sociais envolvidos com causas culturais do cotidiano, ou voltadas a essas bases, como são algumas Organizações Não-Governamentais (ONGs), isto é, o terceiro setor. Neste nível se encontra, por exemplo, núcleo do movimento do sem terra, sem-teto e associações de bairro.

O segundo nível, as formas de articulação interorganizacionais, dentre os quais se destacam os fóruns da sociedade civil, as associações nacionais de ONGs, que buscam se relacionar entre si para o empoderamento da sociedade civil, representando organizações e movimentos do associativismo local. É através dessas formas de mediação que se dá a interlocução e as parcerias mais institucionalizadas entre a sociedade civil e o Estado.¹⁶

Em um terceiro nível, e também no mais pretendido por qualquer movimento social, encontram-se as mobilizações da esfera pública, fruto de atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, mas que buscam ir além, por meio de grandes manifestações na praça pública, com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes e para a sociedade em geral, como uma forma de ação política expressiva no espaço público contemporâneo.

3. Sociedade civil e espaço público

O espaço público é o lócus social de apresentação e debate das questões sociais, idealmente ao alcance dos diversos grupamentos inseridos em um dado ambiente. Logo, por excelência, é o lugar de manifestação da sociedade civil, embora não seja esta o único ator a integrá-lo, já que se trata de uma processualidade destinada ao encontro do conjunto de agentes que têm demandas a oferecer ao Estado, o que inclui, portanto, também os entes diretamente ligados ao mercado. É, então, uma configuração onde a diversidade deve imperar, com um confronto de posições, em busca da efetividade do debate público e, ao fim, da ação, materializadas, em princípio, através de políticas públicas.

Esse tipo de organização social manifesta-se com caracteres mais definidos no final do século XVIII, na Inglaterra, marcado por um comportamento de agentes privados que visavam influenciar as decisões estatais a partir da legitimação das suas reivindicações. O novo cenário de articulações sociais foi incentivado pela nova configuração social da época, marcada pelo antagonismo de classes criado pelo desenvolvimento do modo capitalista de produção:

A esfera pública com atuação política passa a ter o status normativo de um órgão de automediação da sociedade burguesa com um poder estatal que corresponda às suas necessidades. O pressuposto social dessa esfera pública “desenvolvida” é um mercado tendencialmente liberado, que faz da troca na esfera de reprodução social, à medida do possível, um assunto particular das pessoas privadas entre si,

¹⁶ SCHERER, Ilse Warrer. Das mobilizações as redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p 1-89, jan./abr. 2006. p. 1-3.

contemplando assim, finalmente, a privatização da sociedade burguesa.¹⁷

Esta esfera pública descrita por Habermas passa por uma transformação estrutural com o avanço do capitalismo, já no século XIX. O momento contemporâneo, configurado pelas características da globalização, provoca uma nova modificação estrutural da apropriação política e econômica das civilizações, o que redundará em um novo jogo de forças sociais e uma nova formação da sociedade civil, a qual se apresenta complexa e contraditória. A existência de um cenário globalizado requer uma dinâmica estruturante de grupos e lutas sociais em escala mundial; ainda inserindo nesse quadro, é necessária uma estrutura de formação paralela às tecnologias, entre elas, as da informação:

Todos os desenvolvimentos, nexos, contradições e transformações em curso, desenvolve-se uma nova configuração histórico-social de vida, trabalho e cultura, desenhando uma totalidade geo-histórica de alcance global, compreendendo indivíduos e coletividades, povos, nações e nacionalidade, culturas e civilizações. Esse é o novo e imenso papel da história, na qual se alteram mais ou menos radicalmente os quadros sociais e mentais de referência de uns e outros, em todo o mundo.¹⁸

Nessa nova configuração social, a ação política se faz de modo diferenciado da antiga arena política de discussão dos séculos passados, mais precisamente aquela do século XVIII, mas também as que a sucederam. Autores como Maquiavel e Gramsci, em tempos históricos distintos, trataram de atores que seriam responsáveis por realizar o debate sobre as reivindicações sociais e assim fazer com que o palco do espaço público se tornasse efetivo. Para o primeiro, este ator seria uma figura ou líder político isolado, já para Gramsci, “o partido político pode realizar a metamorfose essencial das inquietações, reivindicações sociais, em sentido amplo, em política, enquanto programa de organização, atuação, conquista de poder e preservação deste”.¹⁹ Importante ressaltar que este partido político, para o autor, lutava para alcançar uma hegemonia alternativa, que representasse os grupos sociais subalternos.

Atualmente há um novo quadro, quanto à constituição de grupos responsáveis pela ação política capaz de alcançar uma hegemonia alternativa. Isso remete, direta ou indiretamente, a convicções políticas e sociais, mas sofre necessariamente a influência, dentre outros fatores, dos dispositivos comunicacionais, principalmente a televisão, que pretende ter sua força multiplicada a partir de sua digitalização:

Aos poucos, a política, o partido, a opinião pública, os debates sobre os problemas

¹⁷ HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 93.

¹⁸ IANNI, Octavio. O príncipe eletrônico, In: IANNI, Octavio; RESENDE, Paulo Edgar A.; SILVA, Hélio (Orgs.). **Desafios da Comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 62-76. p. 62.

¹⁹ IANNI, Octavio, op. cit., p. 63.

da realidade nacional e mundial, as opções dos eleitores e controvérsia sobre planos alternativos de governo, tudo isso tende a basear-se nas linguagens, recursos técnicos, teatralidade e encenação desenvolvidas nos programas de entretenimento.²⁰

Quando se expressa a idéia de basear-se a ação social na conjuntura de um acervo político, social e econômico, a partir de programas de entretenimento, Ianni está tratando esse tipo de gênero de programação como um lugar onde a política tem sido inserida no entremeio dos signos que compõem o espetáculo midiático, o que acaba por dissolver a política nos dispositivos de comunicação de massa, que assim interferem no espaço público, o qual, na contemporaneidade, manifesta seus caminhos de debate nas entrelinhas da midiaticização.²¹

Nessa configuração, o espaço público, que anterior ao século XX tendia a existir em separado dos ambientes privados e empresariais, na contemporaneidade assume sua interlocução e interdependência de empreendimentos capitalistas de mídia, organizações que têm por fim a lucratividade e não o interesse público. Assim, percebe-se que a mídia engendrada no espaço público faz das tecnologias da informação uma técnica social processual e estrutural das relações políticas, econômicas, sociais e culturais das sociedades modernas:

Essa é, em larga medida, a fábrica de *hegemonia* e da *soberania*, que teriam sido prerrogativas do *príncipe* de Maquiavel e do *moderno príncipe* de Gramsci. Agora é o *príncipe eletrônico* que detém a faculdade de trabalhar a *virtù* e a fortuna, a hegemonia e a soberania; ou o problema e a solução, a crise e a salvação, o exorcismo e a sublimação.²²

Frente a isso, reforça-se que o espaço público midiático insere-se no espaço público. O modelo de mídia contemporâneo conforma um espaço público precário, já que o acesso a ele é restrito, ou seja, não é efetivamente público, na possibilidade de publicizar suas reivindicações, anseios, posições e identidades. A luta da sociedade é, desta forma, por participar do espaço público em geral, onde se insere o espaço público midiático, ao mesmo tempo mecanismo de acesso fundamental para o alcance geral das inquietações da população.

Desta forma, a luta pela democratização da comunicação é a luta pela constituição de um espaço público mais efetivo. Tal lócus é, em tempos de inovação e convergência tecnológica, o da digitalização, sendo a TV digital sua principal expressão, já que a televisão é a principal mídia do país e de praticamente todo o mundo.

A necessidade de instrumentalizar a mídia como um espaço público que tenha lugar para o debate de grupos não hegemônicos requer intervenção estatal, a partir de uma regulamentação com características mais democráticas, principalmente agora, em tempos de

²⁰ Ibid., p. 67.

²¹ Ibid., p. 68.

²² Ibid., p. 76.

digitalização televisiva, visto que este marco tecnológico carrega um enorme potencial, que não pode ser posto de lado pelos setores populares, responsáveis pelo debate não hegemônico, pois o espaço “público” midiático pode justapor “aos confrontos que se dão nas diversas arenas sociais, o que remete à necessidade do empreendimento de ações em direção à utilização e recreação da mídia”.²³ Isto não implica em uma supervalorização do espaço público midiático, mas sim em uma necessidade de considerar esse ambiente como uma potencial ferramenta para o debate social, já que as instituições legais ligadas à esfera pública tradicional, centradas nos ambientes governamentais, não demonstram mais sua eficácia em tutelar os cidadãos.

Diante dessas ponderações, especifica-se que a comunicação pode trabalhar no sentido de legitimar as forças sistemáticas hegemônicas, mas pode agir contrariamente, como apontam Luciane Lucas e Tânia Hoff, ao abordar novas formas de reconhecimento social:

Neste sentido, a comunicação tanto pode funcionar como um mecanismo legitimador das linhas de força e, como tal, dos discursos e saberes dominantes, como pode, na contramão, contribuir para a construção de novas formas de ver e fazer. Assim, a comunicação, em um aspecto contra-hegemônico, adquire outras funções: 1. criar visibilidade e circulação de saberes alternativos; 2. valorizar outros ritmos e rituais nas relações sociais e nas trocas simbólicas que as integram; 3. criar condições de troca que permitam revezamento de papéis (doação e recebimento) entre agentes sociais, de modo a não sustentar relações desiguais e de dominação. Estas e outras funções só são possíveis diante de um novo modelo de comunicação, entendido não como instrumento de poder e convencimento, mas como um processo de construção de laços e empoderamento de minorias.²⁴

No entanto, o espaço público midiático não deve ser supervalorizado, porque, assim como a esfera pública habermasiana, não tem a capacidade de absorver todos os grupos sociais, visto que, assim a exemplo de todos os ambientes sociais, reflete as desigualdades e especificidades do próprio sistema que está inserido. Dito isso, a própria assertiva que a digitalização poderia ser uma inovação tecnológica que disponibilizasse uma maior abrangência do espaço público midiático precisa ser relativizada, na medida em que esta tecnologia está intrinsecamente relacionada à condição capitalista, sendo sua parcialidade consequência do sistema social vigente, como dito anteriormente:

Ou seja, para que a TV (digital ou analógica), a internet, o rádio, o cinema ou o jornal possam cumprir um papel de espaço público inclusivo têm que inverter sua lógica atual, que não é determinada tecnologicamente, mas construída socialmente. Conceber outra televisão, ou uma internet, que remonte às utopias projetadas nos seus inícios envolve deixar de encarar os meios como ativos materiais e imateriais e

²³ BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; BRITTOS, Valério Cruz. **A televisão brasileira na era digital: exclusão, esfera pública e momentos estruturantes**. São Paulo: Paulus, 2007. p. 88.

²⁴ LUCAS, Luciane; HOFF, Tânia. A face oculta da caridade: linhas de força e de fratura no discurso midiático do bem. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 10., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Compós, 2008. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_340.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2008.

vê-los como parte bastante significativa do que pode vir a ser um espaço público democrático.²⁵

É nesse sentido que a busca por um espaço de debate em realidade pública, passa, primordialmente, para sua efetividade, por uma renovação dos pontos e processos a serem levados em consideração pelas entidades da sociedade civil. Assim, trata-se de uma luta pela eliminação das fronteiras que excluem a maioria da população, sendo a mídia o espaço principal para essa renovação.

Considerações conclusivas

Conclui-se que a necessidade de desenvolver interrogações e análises sobre os movimentos da sociedade civil nos dias atuais vêm da perspectiva de que ela é um ambiente social com potencial para renovar o sistema produtivo-administrativo. É urgente uma maior mobilidade desse setor na busca por uma efetiva democratização e socialização da cultura e do poder, além de trabalhar pela garantia da expansão da cidadania à grande maioria da população. A capacidade de organização social é requisito indispensável para o amadurecimento das liberdades democráticas, assim como para o impulsionamento na formulação de políticas públicas no país.

Os trabalhos teóricos de Gramsci são dotados de atualidade, pois a luta de classes entendida por Gramsci tinha como objetivo uma vida social mais igualitária e humanizada, além de estruturas de poder mais justas e menos desiguais, preceitos que foram a base de teorias e conceitos trazidos por Marx. De acordo com os autores, esta situação é condicionante à superação do sistema de classe firmado pelo capitalismo.

As questões trabalhadas nesse estudo apresentam a base e a delimitação teórica do conceito de sociedade civil. Tratam-se de abordagens formuladas em um momento histórico não tão complexo quanto o atual e, mesmo não sendo estes conceitos atemporais, os autores aqui trabalhados fornecem o entendimento e apontam caminhos para a definição dos fenômenos sociais de maneira excepcional. Simultaneamente, é importante que se avance no conceito de sociedade civil, com o objetivo de acompanhar a complexidade social manifestada no século XXI.

Atualmente continuam existindo diferentes conceitos de sociedade civil, provindos de distintas influências teóricas. Pode-se, a partir destes diferentes olhares conceituais, criar uma definição que, amplamente, situe sociedade civil como uma arena de ações coletivas voluntárias em torno de interesses, propósitos e valores. Na teoria, suas formas institucionais são distintas daquelas do Estado, família e mercado, embora na prática, as fronteiras entre

²⁵ BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; BRITTOS, Valério Cruz, op. cit., p. 90.

Estado, sociedade civil, família e mercado sejam freqüentemente complexas, indistintas e negociadas. A sociedade civil comumente abraça uma diversidade de espaços, atores e formas institucionais, variando em seu grau de formalidade, autonomia e poder.

Para delimitar a argumentação, avalia-se a sociedade como ambiente em defesa da cidadania e de suas maneiras de organização em torno de interesses públicos. Focalizando, essa esfera social refere-se às maneiras organizadas de comunicação do mundo em sociedade, com o objetivo de exercer influências sobre os processos político-administrativos e econômicos. A sociedade civil abrange formas diversas de discussões públicas, que entram em conflito com as lógicas econômica do lucro e a política do poder. Sendo dessa maneira, é importante o fortalecimento da sociedade civil para preservar os espaços ameaçados pelo sistema, não obstante ela represente a complexidade de interesses em disputa.

Nada mais atual do que os conceitos que buscam o entendimento para melhor constituir uma sociedade igualitária, principalmente na contemporaneidade, período no qual os indivíduos passam pela forma mais avançada de capitalismo já presenciada. A construção de uma perspectiva clara e delimitada do conceito de sociedade civil na contemporaneidade é essencial para o desenvolvimento desta pesquisa, na medida em que esta delimitação conceitual é estrutural na análise correta do objeto empírico e no seu entendimento. Nitidamente, o avanço do capitalismo é fenômeno imprescindível aos contornos dados a este conceito.

A complexidade, diferenciação e fragmentação das sociedades contemporâneas, decorrentes do desenvolvimento capitalista das últimas décadas, tornam os conjuntos sociais mais diversificados e industrializados. Com isso, apresentam-se ambientes tensos e competitivos, onde predominam condutas fechadas, muito desagregadas e desprovidas de diálogos.

Referências Bibliográficas

- BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; BRITTOS, Valério Cruz. **A televisão brasileira na era digital**: exclusão, esfera pública e momentos estruturantes. São Paulo: Paulus, 2007.
- BRITTOS, Valério Cruz. Mídia, mediação e sociedade: o (des)caminho do debate público. **Comunicação e Informação**, Goiânia, v. 8, n. 1, p. 8-17, 2005.
- COMUNICAÇÃO, 10., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Compós, 2008. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_340.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2008.
- GRAMSCI, Antônio. Os intelectuais e a organização da cultura. São Paulo: Círculo do livro, 1981.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- IANNI, Octavio. O príncipe eletrônico, In: IANNI, Octavio; RESENDE, Paulo Edgar A.; SILVA, Hélio (Orgs.). **Desafios da Comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 62-76.
- LUCAS, Luciane; HOFF, Tânia. A face oculta da caridade: linhas de força e de fratura no

- discurso midiático do bem. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NOGUEIRA, Marcos Aurélio. Sociedade Civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 184-202, 1996.
- MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Em defesa da política**. São Paulo: Senac, 2001.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2004.
- PINSKY, Jaime; PISKY, Carla Bassanezi. **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.
- SCHERER, Ilse Warrer. Das mobilizações as redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p 1-89, jan./abr. 2006.
- SEMERARO, Giovanni. **Cultura e educação para a democracia**: Gramsci e a sociedade civil. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil**: cultura e educação para a democracia. Petrópolis: Vozes, 1999.
- VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- YOUNG, Íris. **Inclusion and democracy**. Oxford: Oxford University Press. 2000.